

# Linhares Geração S/A

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da  
Linhares Geração S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhares Geração S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Sociedade possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 296.853 mil (R\$ 308.903 em 31 de dezembro de 2019), referentes aos investimentos sobre o direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. Independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), a Sociedade avalia anualmente o risco de impairment desses ativos, cuja realização está suportada por estimativas de recuperação, comparando o custo do ativo com seu valor recuperável, baseando-se em dados técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo, e que estão suportados por dados extraídos de fontes externas, como a taxa de câmbio, a taxa de inflação e a capacidade instalada por MegaWatts (MW) da usina, a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.</p> <p>Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperabilidade desse ativo, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento sobre a avaliação e o desenho dos controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Avaliamos o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos, elaborados pela Sociedade, baseados na avaliação a valor de mercado do ativo imobilizado, para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo por meio de comparação do custo do ativo imobilizado com o valor recuperável. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência da análise utilizada, comparando com os dados obtidos de fontes externas. Avaliamos também a consistência das divulgações efetuadas pela Sociedade e efetuamos análise de sensibilidade que demonstra o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Sociedade.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos imobilizados preparado pela administração da sociedade, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo a análise de sensibilidade, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena Santos  
Contadora CRC RJ-100983/O-7

# Linhares Geração S/A

## Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de caixa	6	5.380	29.634	Fornecedores	15	34.477	21.549
Títulos e valores mobiliários	7	86.575	-	Empréstimos	17	6.004	-
Clientes	8	70.974	49.203	Debêntures	16	35.259	33.864
Tributos a recuperar	9	6.782	2.694	Tributos a recolher		6.652	4.359
Estoques	10	22.283	22.408	Obrigações setoriais		321	311
Despesas antecipadas		1.201	653	Outros passivos		4.747	4.272
Serviços em Curso	11	245	115	Dividendos propostos	19.a	7.770	-
Adiantamento a fornecedores	12	8.746	1.386				
Outros créditos		202	200				
		<u>202.388</u>	<u>106.293</u>			<u>95.230</u>	<u>64.355</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas		843	1.241	Empréstimos	17	36.904	-
Imobilizado	13	296.853	308.903	Debêntures	16	103.545	132.960
Intangível	14	9.162	3.332	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	47.812	42.938
		<u>306.858</u>	<u>313.476</u>	Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão Pública		1.947	2.033
		<u>509.246</u>	<u>419.769</u>	Provisão para Contingência	25	5.835	-
						<u>196.043</u>	<u>177.931</u>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	19		
				Capital social		110.558	110.558
				Reserva de capital		10.600	10.600
				Reserva de lucro		65.254	52.007
				Dividendos Adicionais Propostos		31.561	4.318
						<u>217.973</u>	<u>177.483</u>
						<u>509.246</u>	<u>419.769</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Linhares Geração S/A

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita Líquida	20	378.488	320.383
Custos dos serviços prestados	21	<u>(286.302)</u>	<u>(238.973)</u>
<b>Lucro bruto</b>		92.186	81.410
Despesas gerais e administrativas	22	(4.962)	(5.556)
Outras receitas		11	9
<b>Resultado operacional</b>		<u>87.235</u>	<u>75.863</u>
Receita Financeira	23	1.152	1.729
Despesa Financeira	23	<u>(20.535)</u>	<u>(21.433)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		67.852	56.159
Imposto de renda e contribuição social corrente	18.c	(10.577)	(6.614)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.c	<u>(1.947)</u>	<u>(4.931)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>55.328</u>	<u>44.614</u>
Lucro por Ação (Básico e diluído) – em R\$		<u>0,500</u>	<u>0,404</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# **Linhares Geração S/A**

## **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Lucro Líquido do exercício	55.328	44.614
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>55.328</u></u>	<u><u>44.614</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Linhares Geração S/A

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro							Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenção para Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>9.981</u>	<u>16.407</u>	<u>32.214</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>179.760</u>
Pagamento de Retenção de lucros, conforme RCA	-	-	-	(16.407)	-	-	-	(16.407)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	44.614	44.614
Constituição de reservas	-	-	2.231	-	7.581	-	(9.812)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(30.484)	(30.484)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	4.318	(4.318)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>12.212</u>	<u>-</u>	<u>39.795</u>	<u>4.318</u>	<u>-</u>	<u>177.483</u>
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(4.318)	-	(4.318)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	55.328	55.328
Constituição de reservas	-	-	2.766	-	10.481	-	(13.247)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(2.750)	(2.750)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(7.770)	(7.770)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	31.561	(31.561)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>14.978</u>	<u>-</u>	<u>50.276</u>	<u>31.561</u>	<u>-</u>	<u>217.973</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Linhares Geração S/A

## Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	55.328	44.614
<b>(+) Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	12.876	13.679
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.947	4.931
Despesas de Juros de debêntures	10.593	12.643
Atualização Monetária de debentures	5.921	7.500
Atualização Monetária de empréstimo	451	-
Marcação a Mercado - Despesa não realizada	2.457	-
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	83	857
Atualização de Títulos e Valores Mobiliários	(689)	-
<b>(+) Variações nos ativos e passivos</b>		
Clientes	(21.771)	(4.118)
Estoque	125	(254)
Outros créditos	(11.732)	5.365
Fornecedores	12.927	4.766
Tributos e contribuições sociais a recolher	12.045	7.083
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.926	71
Outros passivos	401	(1.847)
Provisão para contingências	5.835	-
IRPJ e CSLL pagos	(9.751)	(6.716)
Juros pagos das debêntures	(10.671)	(12.656)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>69.301</u>	<u>75.918</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	(205.872)	-
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	119.986	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(858)	(2.068)
Contingência - Intangível	(5.835)	-
Aquisições de bens do ativo intangível	(45)	(4)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(92.624)</u>	<u>(2.072)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de Empréstimos	40.000	-
Dividendos Pagos	(7.068)	(46.891)
Amortização de principal	(33.863)	(31.214)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<u>(931)</u>	<u>(78.105)</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	(24.254)	(4.259)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>29.634</u>	<u>33.893</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u>5.380</u>	<u>29.634</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Informações gerais**

A Linhares Geração S.A. ("Sociedade" ou "LGSA") é uma Sociedade anônima de capital fechado com sede em Linhares, no estado do Espírito Santo. Seu controlador integral é a Linhares Brasil Energia Participações S.A., que por sua vez tem como controlador o Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Sociedade foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade Termelétrica (UTE) no município de Linhares. O projeto compreende a implantação e operação de uma usina termelétrica movida a gás natural com capacidade instalada de 204 MW. A Sociedade obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010, cujo fornecimento de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN) iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Sociedade a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Sociedade possui 33 contratos de venda de energia por disponibilidade firmados junto a distribuidoras de energia, para o período de 2021 a 2025, com receita fixa anual de R\$ 93.426 que é reajustada pelo IPCA acumulado LTM todo mês de novembro de cada ano. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

A Sociedade goza de incentivos fiscais, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do gás, quando adquiridos internamente no Estado do Espírito Santo, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009. Concernente ao Imposto de Renda a Sociedade usufrui do benefício de redução de 75% da alíquota e adicionais não restituíveis conforme Laudo Constitutivo nº 0067/2011 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

#### **a. Impactos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras**

Através do 6º Leilão nº 02/2008-ANEEL, realizado no dia 17 de setembro de 2008, a Sociedade concretizou a venda de toda sua energia para 30 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio de um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado denominado "CCEAR", com início da vigência na presente data do leilão e encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2025. Atualmente conta com 33 distribuidoras.

A LGSA vendeu a 98% de sua disponibilidade nesse leilão, desta forma não está sujeita a variação do PLD e ou liquidação via CCEE no ambiente livre.

Um outro fato importante do leilão de 2008 é que a LGSA teve que reduzir muito a receita fixa, em troca de uma maior receita variável.

Apesar de estar no ambiente regulado a LGSA recebeu cartas de poucas distribuidoras alegando "força maior" e pleiteando a redução dos CCEAR's, na proporção da queda de seus mercados.

As geradoras e principalmente os bancos financiadores do longo prazo, refutaram essa tese e o regulador, para o bem de todo o setor, atuou no sentido de liberar crédito adicional do fundo de reserva, objetivando preservar a liquidez do setor elétrico. A ANEEL trabalhou na estruturação de empréstimos de bancos com garantia de um ativo regulatório, dentro do balanço das próprias concessionárias.

A Sociedade vem recebendo os valores dos clientes normalmente sem nenhuma inadimplência, como de costume. Em 2020 não houve inadimplência na LGSA.

Apesar da LGSA ter o seu grande parte do custo dolarizado, tendo em vista que o Gás é comprado em dólares, a formula paramétrica que ajusta o preço do CVU funciona como um Hedge operacional, o impacto do aumento da taxa de câmbio na LGSA se faz notar principalmente nas compras de peças importadas, entretanto a Usina está no fim de um processo de Overhaul de 24K hs e uma nova grande manutenção dessa magnitude, deverá se iniciar em um prazo mínimo de 2 anos.

A queda das commodities teve pouco impacto para a LGSA tendo em vista que o Gás é fornecido por um pipeline da ES Gás, não havendo estoque na UTE.

A LGSA apesar da baixa atividade econômica no ano de 2020 e os baixos valores de CMO e PLD no primeiro semestre a planta foi solicitada ao despacho durante todas as 52 semanas do ano.

No tocante ao capital humano da LGSA, os dois escritórios administrativos foram esvaziados no início da pandemia e nenhuma redução nos quadros aconteceu. No ano de 2020 a planta operou e regras mais rígidas de acesso foram implantadas, tais como:

- (i) adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- (ii) divisão das turmas de operação em dois grupos, com intuito de evitar contágio de uma equipe inteira. Com isso, temos 8 turmas em regime de revezamento, ao invés das 4 normais;
- (iii) monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- (iv) substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- (v) campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- (vi) reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- (vii) fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- (viii) fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- (ix) fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 01 de março de 2021.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

### **a. Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **d. Instrumentos financeiros**

#### ***Ativos Financeiros***

#### ***(i) Classificação e mensuração***

A Sociedade classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(iii) *Mensurados ao custo amortizado*

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iv) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não indentificou nenhuma perda (*impairment*) a ser reconhecido no resultado do exercício.

### ***Passivos Financeiros***

(i) *Classificação e mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Sociedade mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**e. Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) – *IFRS 9 Risco de Perda Esperada*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

**f. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 17).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**g. Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

**h. Imobilizado**

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

**i. Intangível**

Compreendem os gastos incorridos com indenizações pagas pela Sociedade pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (servidões), conforme determina a Resolução ANEEL nº 367 de 2009 e 474 de 2012 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

**j. Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

**k. Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**l. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**m. Demais ativos e passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

**n. Debêntures**

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representa seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

**o. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

**p. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

**q. Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado).

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **a. Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros**

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de “impairment”.

### **4 Novas normas e interpretações ainda não efetuada**

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Sociedade até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos Onerosos (alteração ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma de taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguro

### **5 Gestão de risco financeiro**

#### **a. Fatores de risco financeiro**

##### **(i) Risco de crédito**

A Sociedade vendeu em 2008, no 6º leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório. Com isso, toda sua receita vem de contratos regulados que contém penalidades em caso de inadimplemento, tais como multa, juros e correção monetária, bem como implicações negativas para os clientes que descumprirem suas obrigações com a sociedade (inscrição no cadastro de inadimplentes perante a ANEEL). Sendo assim, entendemos que não há risco de crédito pela natureza dos contratos.

**(ii) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debentures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

<b>Vencimentos</b>	<b>31/12/2020</b>
2021	35.259
	<u>35.259</u>
<b>Vencimentos</b>	<b>31/12/2020</b>
2022	34.515
2023	34.515
2024	34.515
	<u>103.545</u>

**(iii) Risco de taxas de juros**

A Sociedade não está exposta ao risco em que uma variação de taxa de juros provoque um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Debentures – Sujeita a variação do IPCA;

Empréstimos – Sujeito a variação do CDI, na contra partida efetuamos a contratação de instrumento financeiro (SWAP) para conversão da taxa para IPCA;

Receitas Fixas dos contratos de comercialização no ambiente regulatório CCEAR – indexados pelo IPCA.

**(iv) Valorização dos instrumentos financeiros**

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, debêntures e empréstimos.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

*Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

*Debêntures*

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

*Empréstimos*

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente.

*Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos, são mensurados pelo valor justo através do resultado.

**b. Gestão de capital**

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de financiamentos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumarizados:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	291.273	242.286
Total do patrimônio líquido	217.973	177.483
Índice de alavancagem financeira	1,33	1,37

**c. Instrumentos financeiros por categoria**

	<b>2020</b>	
	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>Contábil</b>	<b>Justo</b>
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	5.380	5.380
Títulos e valores mobiliários	86.575	-
Clientes	70.974	70.974
	162.929	76.354
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Contábil</b>	<b>Justo</b>
Fornecedores	34.477	34.477
Debentures	138.804	138.804
Empréstimos	42.908	42.908
	216.189	216.189

	<u>2019</u>	
	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
	<b>Contábil</b>	<b>Justo</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	29.634	29.634
Clientes	49.203	49.203
	<u>78.837</u>	<u>78.837</u>
<b>Passivos Financeiros</b>		
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Debentures	166.824	166.824
	<u>166.824</u>	<u>166.824</u>

**d. Avaliação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2.

**e. Hierarquia do valor justo**

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

**f. Análise de sensibilidade**

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<b>2020</b>					
<b>Premissas</b>	<b>Efeitos das contas sobre o resultado</b>	<b>Saldo</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário Atual</b>	<b>Cenário II</b>
			0,75%	2,75%	4,75%
CDI	Aplicações financeiras	5.345	40 0,75%	147 2,75%	254 4,75%
CDI	Títulos e valores mobiliários	86.575	649 2,52%	2.381 4,52%	4.112 6,52%
IPCA	Debêntures	138.804	3.498 2,52%	6.274 4,52%	9.050 6,52%
IPCA	Empréstimo	42.908	1.081	1.939	2.798
<b>2019</b>					
<b>Premissas</b>	<b>Efeitos das contas sobre o resultado</b>	<b>Saldo</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário Atual</b>	<b>Cenário II</b>
CDI	Aplicações financeiras	29.545	3,94% 1.164 2,31%	5,94% 1.755 4,31%	7,94% 2.346 6,31%
IPCA	Debêntures	166.824	3.854	7.190	10.527

## 6 Caixa e Equivalente de Caixa

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa	2	2
Banco	33	87
Aplicação Financeira - Corp Plu DI*	5.345	24.310
Aplicação Financeira - ABC CDB DI*	-	5.235
	<u>5.380</u>	<u>29.634</u>

(\*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 possuem liquidez imediata, não possuem vencimentos e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

## 7 Títulos e Valores Mobiliários

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Aplicação Financeira - CDB (*)	86.575	-
	<u>86.575</u>	<u>-</u>

(\*) As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósitos Bancário – CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica de alta liquidez, baixo risco de crédito remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 8 Clientes

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2020 e de 2019, contabilizada com base no regime de competência.

A Sociedade não possui perda esperada, pois todo o saldo é liquidado em até 45 dias.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Fornecimento de Energia Gerada	60.585	38.927
Disponibilidade	10.299	10.272
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	90	4
	70.974	49.203

## 9 Tributos a recuperar

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	26	8
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (a)	144	40
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (b)	2.955	2.022
Outros	3.657	624
	6.782	2.694

### a. Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Sociedade manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 24 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

### b. Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima

A Sociedade controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

## 10 Estoques

Corresponde a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Sociedade no valor de R\$ 22.283 (R\$ 22.408 em 31 de Dezembro de 2019).

## 11 Serviços em curso

Nos termos da Lei 9.991/2000, a LGSA está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) do setor elétrico, dos quais 40% devem ser direcionados a projetos de P&D segundo os regulamentos da ANEEL.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Projeto de Gestão 2018	113	49
Projeto Cratos	132	66
	245	115

## 12 Adiantamento a Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento - UG 21 (a)	3.974	-
Adiantamento - UG 19 (a)	3.667	-
Importação	327	49
Material entrega futura	136	-
P&D	528	1.282
Outros	114	55
	8.746	1.386

- (a) Referem-se a adiantamentos para aquisição de novo motor na unidade geradora 19 e para reparo na unidade geradora 21.

## 13 Imobilizado

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2019		400	84.673	330.251	906	1.291	1.377	418.898
Adições		-	-	1.335	10	-	723	2.068
Baixa		-	-	(856)	(1)	-	-	(857)
Transferências		-	66	14	-	-	(80)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2019</b>		<b>400</b>	<b>84.739</b>	<b>330.744</b>	<b>915</b>	<b>1.291</b>	<b>2.020</b>	<b>420.109</b>
Adições		-	-	11	57	-	790	858
Baixa		-	-	(1.410)	(41)	-	(4)	(1.455)
Transferências		-	610	1.258	97	-	(1.965)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>400</b>	<b>85.349</b>	<b>330.603</b>	<b>1.028</b>	<b>1.291</b>	<b>841</b>	<b>419.512</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2019		-	20.021	76.137	571	1.012	-	97.741
Depreciação		-	2.732	10.578	110	138	-	13.558
Alienações		-	-	(93)	-	-	-	(93)
Transferência		-	363	(171)	(225)	33	-	-
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>		<b>-</b>	<b>23.116</b>	<b>86.451</b>	<b>456</b>	<b>1.183</b>	<b>-</b>	<b>111.206</b>
Depreciação		-	2.597	10.072	101	55	-	12.825
Alienações		-	-	(1.345)	(27)	-	-	(1.372)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>-</b>	<b>25.713</b>	<b>95.178</b>	<b>530</b>	<b>1.238</b>	<b>-</b>	<b>122.659</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>400</b>	<b>61.623</b>	<b>244.293</b>	<b>459</b>	<b>108</b>	<b>2.020</b>	<b>308.903</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>400</b>	<b>59.636</b>	<b>235.426</b>	<b>497</b>	<b>53</b>	<b>841</b>	<b>296.853</b>

## 14 Intangível

Refere-se a servidões negociadas para instalação da UTE Linhares cuja amortização é limitada ao prazo de concessão e refere-se também a softwares que são depreciados a 20%.

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Servidão	Software	Software (em Curso)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		3.265	1.020	-	4.285
Adições		-	4	-	4
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>		<b>3.265</b>	<b>1.024</b>	<b>-</b>	<b>4.289</b>
Adições		-	36	9	45
Transferencia		(489)	-	489	-
Provisão de Contingência	24	5.835	-	-	5.835
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>8.611</b>	<b>1.060</b>	<b>498</b>	<b>10.169</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Servidão	Software	Software (em Curso)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		-	744	-	744
Amortização		-	213	-	213
<b>Saldo em 30 de dezembro de 2019</b>		<b>-</b>	<b>957</b>	<b>-</b>	<b>957</b>
Adições		-	50	-	50
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>-</b>	<b>1.007</b>	<b>-</b>	<b>1.007</b>
<b>Em 31 de dezembro 2019</b>		<b>3.265</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>3.332</b>
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>		<b>8.611</b>	<b>53</b>	<b>498</b>	<b>9.162</b>

## 15 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Energia	567	462
Óleo	-	344
Manutenção	3.667	-
Gas Canalizado	27.753	19.308
Outros	2.490	1.435
	<u>34.477</u>	<u>21.549</u>

## 16 Debêntures

Em novembro de 2012, a Sociedade fez a emissão de debentures não conversíveis em ações no montante de 220.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

<b>2020</b>					
	<b>Vencimento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor nominal unitário</b>	<b>Valor nominal histórico</b>	<b>Saldo atualizado</b>
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	34.849
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	34.883
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	34.527
4ª série	16.11.2024	<u>629</u>	100	<u>62.900</u>	<u>34.545</u>
		<u>2.200</u>		<u>220.000</u>	<u>138.804</u>
		<b>Taxa anual de juros a.a.</b>	<b>Valor original</b>	<b>Juros</b>	<b>Total</b>
Debêntures emitidas		7,25 + IPCA	138.419	385	138.804
Circulante					35.259
Não circulante					<u>103.545</u>
<b>2019</b>					
	<b>Vencimento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor nominal unitário</b>	<b>Valor nominal histórico</b>	<b>Saldo atualizado</b>
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	41.819
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	41.899
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	41.549
4ª série	16.11.2024	<u>629</u>	100	<u>62.900</u>	<u>41.557</u>
		<u>2.200</u>		<u>220.000</u>	<u>166.824</u>
		<b>Taxa anual de juros a.a.</b>	<b>Valor original</b>	<b>Juros</b>	<b>Total</b>
Debêntures emitidas		7,25 + IPCA	166.362	463	166.824
Circulante					33.864
Não circulante					<u>132.960</u>

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento.

<b>Vencimentos</b>	<b>31/12/2020</b>
2022	34.860
2023	34.860
2024	<u>33.825</u>
	<u>103.545</u>

**a. Movimentação das debentures no período**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo Inicial	166.824	190.551
Adição		
Atualização	5.921	7.500
Juros	10.593	12.643
(-) Dedução		
Amortização do Principal	(33.863)	(31.214)
Juros	(10.671)	(12.656)
	138.804	166.824

**b. Garantias**

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, devidos pela Emissora em relação a conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

**(i) Cláusulas restritivas as debentures**

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2020.

**17 Empréstimos**

Em outubro de 2020, a Sociedade emitiu a cédula de crédito bancário no valor de R\$ 40.000, atualizados pelo CDI mais remuneração de 2,70% a.a. Por outro lado foi efetuado um SWAP atualizado pelo IPCA mais remuneração de 4,90% a.a.

<b>Moeda</b>	<b>Taxa anual</b>		
<b>Nacional</b>	<b>de juros a.a</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
40.000	CDI + 2,70% a.a	40.451	-
Passivo Circulante		6.004	-
Não Circulante		36.904	-

O montante registrado no longo prazo, tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

<b>Vencimentos</b>	<b>2020</b>
<b>Banco Itaú</b>	
2022	2.726
2023	6.726
2024	12.726
2025	14.726
	36.904

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

<b>Empréstimo</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Aquisição</b>		<b>Amortização</b>		<b>31/12/2020</b>
		<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	
Banco Itaú	-	40.000	451	-	-	40.451

**a. Garantias**

- Alienação Fiduciária de Imóveis;
- Alienação Fiduciária de Ações;
- Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos;
- Cessão Fiduciária de Direitos creditórios.

**b. Covenants financeiros**

Devido a esse financiamento, a Sociedade fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- O índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou superior a 1,2;
- O caixa deverá ser de no mínimo a R\$ 16.000 (dezesesseis milhões de reais) da data de emissão até 30/12/2024 e a partir de 31/12/2024 até a liquidação do saldo devedor, o caixa deverá ser o equivalente a no mínimo R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais).

## **18 Imposto de renda e contribuição social diferido**

### **Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Depreciação do ativo imobilizado	47.812	42.938

**a. Efeitos no resultado**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	67.852	56.159
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	23.070	19.094
Bônus e gratificações	(124)	27
Outros	59	6
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	23.005	19.127
Lucro de exploração	(10.481)	(7.581)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	12.524	11.546
Aliquota Efetiva	18%	21%

**19 Patrimônio líquido**

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 110.558, representada por 11.412.628 ações ordinárias nominativas, integralmente controlada pela Linhares Brasil Energia Participações S/A.

**a. Destinação do resultado**

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendos obrigatórios.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pela Escritura de Debêntures, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios, deverá ser autorizado pelos detentores das debêntures se a Sociedade esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na escritura.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>55.328</b>	44.614
Constituição de Reserva Legal (5%)	2.766	2.231
Reservas de Incentivos Fiscais	10.481	7.581
<b>Base de Cálculo dos Dividendos</b>	<b>42.081</b>	<b>34.802</b>
Dividendos Intercalares	2.750	30.484
Dividendos mínimos obrigatórios	7.770	-
<b>Dividendos Adicionais Propostos</b>	<b>31.561</b>	<b>4.318</b>

(i) **Reserva de capital**

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de 400.000 ações ordinárias no exercício de 2009.

(ii) **Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(iii) **Dividendos mínimos obrigatórios**

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade destinou o valor de R\$ 7.770 para a conta de dividendos mínimo obrigatório.

(iv) **Dividendos adicionais**

A Sociedade destinou em 31 de dezembro de 2020 R\$ 31.561 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 4.318) como dividendos adicionais.

(v) **Dividendos Pagos:**

Os dividendos intercalares pagos nos exercícios de 2020 e 2019 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

	<b>Descrição</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Valor</b>
RCA de 25 de Agosto de 2020	Dividendos intercalares	set/21	2.750
			<u>2.750</u>
<b>Aprovação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Valor</b>
RCA de 08 de março de 2019	Dividendos complementares - 2018	abr/19	16.407
RCA de 10 de Abril de 2019	Dividendos intercalares	abr/19	2.290
RCA de 16 de Julho de 2019	Dividendos intercalares	jul/19	13.000
RCA de 03 de Outubro de 2019	Dividendos intercalares	out/19	4.000
RCA de 06 de Dezembro de 2019	Dividendos intercalares	dez/19	11.194
			<u>46.891</u>

## 20 Receita líquida

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Disponibilização de energia (Receita fixa)	89.761	87.340
Comercialização de energia (Receita variável)	331.693	241.205
Outras receitas (a)	1.165	28.615
Suprimento de Energia Elétrica	<u>(868)</u>	<u>(512)</u>
	421.751	356.648
Impostos sobre serviços	(39.463)	(33.038)
Encargos do consumidor	<u>(3.800)</u>	<u>(3.227)</u>
	<u>378.488</u>	<u>320.383</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da sociedade, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

## 21 Custos dos serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(17.010)	(16.466)
Administradores	(621)	(604)
Material	(12.144)	(14.431)
Serviços de terceiros	(20.095)	(13.163)
Taxa de fiscalização	(623)	(627)
Depreciação	(12.760)	(12.818)
Aluguéis	(110)	(110)
Compra de Gás	(222.425)	(180.223)
Impostos	(514)	(531)
	<u>(286.302)</u>	<u>(238.973)</u>

## 22 Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(2.415)	(2.223)
Administradores	(496)	(484)
Material	(124)	(146)
Serviços de terceiros	(1.690)	(1.652)
Aluguéis	(158)	(180)
Depreciação	(32)	(871)
Outros	(47)	-
	<u>(4.962)</u>	<u>(5.556)</u>

## 23 Resultado Financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de debentures	(10.593)	(12.643)
Atualização Monetária de debentures	(5.920)	(7.500)
Atualização Monetária empréstimo	(451)	-
Comissão sobre fiança	(242)	(119)
Comissão sobre SWAP	(36)	-
Marcação a Mercado - Despesa não realizada	(2.457)	-
Outras	(836)	(1.171)
	<u>(20.535)</u>	<u>(21.433)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação	1.139	1.609
Outras	13	120
	<u>1.152</u>	<u>1.729</u>
Resultado financeiro líquido	(19.383)	(19.704)

## 24 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2020, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade foi de R\$ 942. No exercício de 2019 o total foi de R\$ 624.

## 25 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

<b>I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável</b>	<b>II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível</b>	<b>III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto</b>
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

### **Provável**

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possuía as seguintes causas com classificação de provável:

- a. Ação de instituição de servidão administrativa, onde a sociedade requer a concessão de liminar para que seja imitada provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade registrou provisão no valor de R\$ 5.097 para as causas com probabilidade de perda provável.
- b. Ação de instituição de servidão administrativa, onde a sociedade requer a concessão de liminar para que seja imitada provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade registrou provisão no valor de R\$ 738 para as causas com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não possuía causas com previsão de perda provável e por isso nenhuma provisão para contingências foi efetuada.

### **Possível**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade possuía as seguintes causas possíveis:

- a. Auto de infração da Prefeitura Municipal de Linhares referente a não retenção de ISS sobre os contratos de prestações de serviços, no montante de R\$ 5.510 (R\$ 4.643 em 2019). A Sociedade entende que vem cumprindo com todas as obrigações oriundas de retenção sobre o serviço e apresentou impugnação do respectivo auto de infração, informando as medidas que foram ou vêm sendo tomadas. Portanto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foi registrada provisão para contingências decorrente dessa autuação.

- b.** Ação ordinária da Construtora Sucesso S/A ingressada para cobrar débitos de prestação de serviço para Linhares Geração S/A, os quais estão inclusos redução da alíquota de tributos, bônus de desempenho, serviços extras, custas processuais e honorários de sucumbência totalizando R\$ 4.785 (R\$ 4.236 em 2019). A Sociedade entende que as condições estabelecidas do contrato de prestação de serviço foram atendidas. Portanto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foi registrada provisão para contingências decorrentes desse processo.
- c.** Ação ordinária, contra parte a Agencial Nacional de Energia Eletrica (Aneel) por contestação ao cálculo do tempo de indisponibilidade da Usina que era calculado com base na média dos valores mensais apurados nos últimos 60 meses e passou a ser feito com base horária. Foi proferida decisão deferindo a liminar pleiteada para que o cálculo da indisponibilidade da Usina seja feito na forma da Resolução ANEEL n° 169/2005, substituída pela Resolução ANEEL n° 614/2014, devendo tal cálculo ser realizado considerando a média dos valores mensais apurados, relativos aos 60 meses imediatamente anteriores. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Sociedade terá que desembolsar aproximadamente R\$ 45.864 (R\$ 39.850 em 2019) referente aos valores calculados até 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.
- d.** Ação trabalhista movida por ex-funcionário da Sociedade, com pedido de retificação da CTPS do autor para o cargo de técnico mecânico de manutenção II, de diferenças salariais decorrentes de alegada equiparação salarial e de honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.

## 26 Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros era composta de :

<b>Risco</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade Civil	30/06/2020 a 30/06/2021	22.158
Riscos Ambientais	06/09/2020 a 06/09/2021	55.515
Riscos Operacionais	30/06/2020 a 30/06/2021	1.697.110

\* \* \*

Marcelo Pedreira de Oliveira  
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles  
Contador  
CRC/RJ 09.850/O-0